

ARTIGOS LIVRES

**BLOCO NO PODER,
PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA E POLÍTICA
EDUCACIONAL EM
SÃO GONÇALO/RJ
NO CONTEXTO DE
BOLSONARISMO**

*BLOC IN POWER, POLITICAL
PARTICIPATION, AND EDUCATIONAL
POLICY IN SÃO GONÇALO/RJ, IN THE
CONTEXT OF BOLSONARISM*

Rafael Bastos Costa de Oliveira* 

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Rio de Janeiro- RJ, Brasil.

Universidade Católica de Petrópolis, Programa de Pós-Graduação em Educação, Petrópolis-RJ, Brasil. E-mail: rbcobastos@gmail.com

RESUMO

Este ensaio trata da atualidade do bloco no poder, no município de São Gonçalo/RJ, tendo como foco a análise dos espaços de participação política e construção de políticas educacionais, a partir do contexto do bolsonarismo, em vigor nos níveis nacional e local. As disputas de frações de classes e as lutas populares são destacadas. Dados sobre projetos de lei relativos à mudança do plano de carreira da educação, a descrição das sessões da Câmara Municipal, atividades do Conselho Municipal de Educação de São Gonçalo, a eleição de 2018, a eleição municipal de 2020 e o tipo de condensação de relações de forças no Estado são contemplados. A investigação se deu por meio de observações participativas, interpelando a categoria participação política à luz da teoria do Estado de Nicos Poulantzas. As constatações principais indicam que esse tipo de bolsonarismo tem uma hegemonia significativa e que a análise da política educacional ajuda a entender as tensões nevrálgicas.

Palavras-chave: Bloco no Poder; Política Educacional; Bolsonarismo; São Gonçalo; Participação Política.

ABSTRACT

This essay addresses the current state of the bloc in power in the city of São Gonçalo, State of Rio de Janeiro, focusing on analyzing spaces of political participation and development of educational policies in the context of the Bolsonarism in force in the national and local levels. The disputes between class fractions and peoples' struggles are highlighted. Data on bills referring to changes in the career plan for education workers, description of sessions held at the City Council, activities of the city of São Gonçalo's Educational Board, the 2018 elections, the 2020 municipal elections, and the type of condensation of power struggles in the State are covered. The investigation was conducted through participant observations, employing the category of political participation, in light of Nicos Poulantzas' theory of the State. Initial findings indicate that this type of Bolsonarism presents a relevant level of hegemony, and that the analysis of the educational policy helps us explain the heart of the matter.

Keywords: Bloc in Power; Educational Policy; Bolsonarism; São Gonçalo, Political Participation.

INTRODUÇÃO

Neste artigo reflito, de forma ensaística, sobre o bloco no poder atual no município de São Gonçalo/RJ. O eixo central da análise trata dos espaços de participação política e construção de políticas educacionais a partir do contexto do bolsonarismo em vigor no respectivo município desde as presidenciais de 2018, perpassando o pleito municipal de novembro de 2020 (período da eleição do atual prefeito, o Capitão Nelson – atualmente no Partido Liberal e eleito pelo Avante).

A partir de uma breve caracterização do tipo de bolsonarismo local, reflito sobre as disputas de frações de classes e as lutas populares em torno da política educacional principalmente. Destaco como o fascismo é uma importante categoria para situar as dimensões ideológicas, práticas políticas vigentes e horizontes políticos no bloco no poder.

Os dados empíricos que dão corpo ao texto são: a disputa em torno dos projetos de lei sobre a mudança do plano de carreira do magistério (ocorridas em 2021 e 2022); o teor geral e uma breve descrição das sessões da Câmara Municipal de São Gonçalo; atividades do Conselho Municipal de Educação de São Gonçalo; o trato com a oposição e com as classes populares; a eleição de 2018; a eleição municipal de 2020; e o tipo de condensação de relações de forças no Estado. Por se tratar de um ensaio, os dados não são aqui interpelados de uma forma sistemática, pautada em estatísticas ou em uma densa descrição de regularidade, por exemplo. Foco em características e tendências conjunturais mais abrangentes.

A construção desta investigação se deu por meio de observações participativas na Câmara Municipal de São Gonçalo, nas reuniões do Conselho Municipal de Educação da cidade e analisando medidas do Poder Executivo sobre a política educacional, que se conectam com os respectivos espaços de representação política. As reflexões foram elaboradas à luz do pensamento de Poulantzas (1977, 2000, 2021), de Baquero (2003), Gohn (2011) e Pateman (1922); assim, a partir do diálogo entre abordagens distintas, mas com prevalência da perspectiva materialista histórica, escrevo sobre as mediações entre o tipo de Estado capitalista de um país dependente e as particularidades da conjuntura gonçalense.

Contextualizando este artigo, as pesquisas que desenvolvo têm como objeto de análise a participação política na construção da política educacional, tanto na Câmara quanto no Conselho Municipal de Educação. O mesmo procedimento metodológico é desenvolvido em outros dois municípios fluminenses, a saber, Rio de Janeiro e Petrópolis. Nessa perspectiva, pesquisas comparativas, de médio e curto prazo, se encontram em andamento. Todavia destaco que os acontecimentos na cidade de São Gonçalo em torno do bolsonarismo chamam atenção para a necessidade de análises mais sistemáticas e urgentes; elaboro então um ponto de vista analítico neste trabalho.

As principais constatações da pesquisa, até o presente momento, são: o bolsonarismo gonçalense tem especificidades próprias que se conectam e guardam uma independência em relação ao bolsonarismo nacional. É no campo da educação que se

revelam as principais tensões das disputas do bloco no poder nessa cidade. Há uma hegemonia do bolsonarismo que coloca as lutas populares em posição efetivamente desvantajosa até então. Os espaços de participação política, no campo educacional, ajudam a revelar os embates em torno do bloco no poder. Curiosamente, a cidade de São Gonçalo refletiu, no sufrágio do segundo turno de 2020, um cenário parecido com a segunda volta de 2018 (MARTINS JUNIOR e BAHIA, 2022; OLIVEIRA, 2021).

Algumas pesquisas exploratórias¹ ajudam a construir a hipótese de que o tipo de bolsonarismo existente em torno do Capitão Nelson vem ganhando uma hegemonia na sociedade civil desde 2018, ainda na eleição presidencial, porém, na Câmara Municipal, esse domínio se exacerba. Outra hipótese é que a população vem tendo uma percepção positiva do governo pelo conjunto das políticas do Poder Executivo, que se sobrepõem ao trato de exacerbado descrédito com a educação pública municipal. Ao que parece, o bolsonarismo local tende a ter uma vida longa, ao menos com possibilidades reais da conquista de um segundo mandato em 2024.

Sobre o bolsonarismo nas eleições de 2022, ainda é difícil construir uma tendência. De qualquer forma, há conexões e distanciamentos entre o Capitão Nelson e o presidente Jair Bolsonaro. Também defendo a hipótese de que classes populares, incluindo a oposição parlamentar, identificam na educação um campo nevrálgico para a construção de processos de disputa de hegemonia. Por esse mesmo motivo, essa área da política pública sofre retaliações contundentes, como o veto aos processos de participação política no bloco no poder.

Caracterizo essas ações como um tipo de bolsonarismo que se configura como um amplo movimento que tem no atual presidente uma representação do bloco no poder nacional, condensa frações de classes e influencia arranjos locais no país, ainda que de forma contraditória. Esse bolsonarismo tende a permanecer no tecido social, mesmo no caso da não permanência do presidente no cargo máximo nacional (BOITO JUNIOR, 2020; AARÃO REIS, 2020).

CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO: PONDERAÇÕES SOBRE O BOLSONARISMO

O ano de 2020 delimita a chegada do atual prefeito, o Capitão Nelson, à prefeitura de São Gonçalo. Todavia, remeto ao ano de 2018 e também a antes desse período para situar a ascensão do bolsonarismo enquanto um fenômeno concreto da política brasileira, que adquire uma centralidade analítica até o presente momento.

Caracterizando o bolsonarismo, Boito Junior (2020) traz que se trata de um movimento de apoio a Bolsonaro, bem como ao seu governo, com características neofascistas, inclusive. O autor pondera que esse movimento e o governo possuem dimensões fascistas, porém não concretizaram condições de construir efetivamente um regime político de ditadura fascista. Entendo que esse trato teórico é importante de ser tecido, pois os estudos

¹Via observação sistemática, diálogos com parlamentares, assessores políticos e com moradores da cidade.

empíricos que culminam neste texto vão ao encontro da compreensão de que um horizonte fascista não está descartado, como a radicalização dos elementos descritos abaixo.

Ainda que o tipo de autoritarismo bolsonarista não seja algo inédito no Brasil, conforme descrevem González, Baquero e Grohmann (2021), esse tipo de movimento que chega ao Estado via sufrágio universal apresenta fenômenos que ainda demandam maiores reflexões por suas especificidades.

O bolsonarismo mobiliza o ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo político-cultural, (ARAÚJO e CARVALHO, 2021). No campo econômico, o constante ataque a direitos e a procrastinação de políticas sociais vêm sendo uma tônica. Trata-se de uma dimensão estrutural de pouco comprometimento com as classes populares. O militarismo está presente na administração pública, seja por meio dos mais de seis mil cargos ocupados por militares (AGOSTINI, 2020), seja pelo *ethos* de militarização das políticas ou exaltação de torturadores da ditadura brasileira. A educação vem ajudando a elucidar tais pontos pelo intermédio da militarização de escolas (LACÉ, SANTOS e NOGUEIRA, 2019). Junta-se a esses aspectos a afronta aos direitos humanos, combate às pautas feministas, LGBTQIA+, do movimento negro, mobilização constante da política do confronto, principalmente às esquerdas, e a presença da religião, a partir de ações e paradigmas de intolerância.

É interessante frisar que o movimento que levou à vitória eleitoral de Bolsonaro em 2018 contou com frações de classe apoiadoras do combate à corrupção, da antipolítica e de cunho moralista (AVRITZER, 2020), porém, ganhou novos contornos no decorrer do governo e do acirramento das contradições do bloco no poder. Esse fenômeno não se esgota no pleito eleitoral, tampouco deve ser entendido meramente como uma peculiaridade brasileira, seja pela argumentação da suposta falta de alternativa política antissistêmica (ROCHA e SOLANO, 2020), seja pela capacidade de construção de uma identidade política ou fidelização político-eleitoral, assim como faz-se necessário entender a própria dinâmica capitalista e suas tensões, em escala global, como destacam Aarão Reis (2020) e Lacerda (2019).

Corroborando Boito Junior (2020), o fascismo pode ser analisado como um conceito teórico e não necessariamente descritivo ou delimitado por fatos históricos específicos, podendo-se, assim, localizar aquilo que é essencial no fenômeno.

Em São Gonçalo, vemos manifestações diversas de autoritarismos no bloco no poder local. Na educação esses aspectos se exacerbam. Tais tendências tanto se desenham a partir da adesão ao bolsonarismo diretamente atrelado ao presidente Jair Bolsonaro quanto têm aspectos próprios do município, inclusive preservando certa independência do governo federal (OLIVEIRA, 2021).

Boito Junior (2020) também descreve que a construção ideológica do fascismo pode corroborar a efetivação de uma ditadura fascista. Assim, a concepção sobre educação, as práticas políticas do bloco no poder vão ao encontro dessa perspectiva, de certa forma.

Sendo a educação um espaço fundamental da sociedade, construtor de sentidos e formador de novas gerações, notamos no bolsonarismo um engajamento na

disputa pela construção de narrativas, de uma dinâmica cultural, além de um tipo de interpretação histórica (FRIGOTTO, 2019; PENNA, 2017; LIMA, GOLBSPAN e SANTOS, 2021). O teor desses projetos tem um aspecto conservador, raivoso, religioso, neoliberal, antifeminista e antiesquerda.

Boito Junior (2020) organiza um quadro analítico comparativo entre o fascismo original e o neofascismo. Ele trata do contexto de ascensão de Bolsonaro ao poder, discorrendo sobre características de gênero e espécie. Destaco os respectivos elementos, pois são pontos convergentes com as minhas constatações nas análises sobre o bloco no poder em São Gonçalo – a saber: participação da classe média, com pequenos proprietários; anticomunismo; culto à violência; racismo; machismo; homofobia; crítica ao “velho sistema político”; revisionismo, antiesquerda (em geral); além de contar com um movimento fraco e organizado vindo de baixo.

Poulantzas (2021) já alertava para a devida necessidade de articulação analítica entre o fascismo e o imperialismo, uma vez que, diante de crises, uma saída autoritária é constantemente mobilizada pela burguesia e frações. No caso aqui tratado, tanto no estado do Rio de Janeiro quanto no município de São Gonçalo, fenômenos sociais e políticos vêm sendo captados com um viés de exceção, nos moldes também tratados por Agamben (2004). Essa é uma dimensão que considero da maior relevância para mobilizar a categoria fascismo.

Considero que é demasiadamente complexo diferenciar o grau de corroboração do autoritarismo da sociedade brasileira, fruto de um processo histórico marcadamente violento, com a construção de uma ditadura fascista. Porém, na atualidade, manifestações de privação de direitos, como nos casos abaixo, junto a tentativas constantes de golpes, empoderamento de grupos paramilitares (no Rio de Janeiro) e uma adesão muito veemente de parte do tecido social brasileiro a um projeto com esta tônica, não tiram o fascismo do horizonte político.

No dia 21 de novembro de 2021, houve uma chacina no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo. O registro oficial foi de oito pessoas mortas, fruto de uma operação do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope). No dia seguinte, os próprios moradores locais retiraram os corpos de uma região de manguezal. Para completar esse quadro tenebroso, quinhentos estudantes da região foram impedidos de fazer o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) naquele dia, pois não puderam sair de casa (500 MORADORES..., 2021).

No estado do Rio de Janeiro, registra-se o avanço da força de grupos milicianos (SAMPAIO, 2020) que atuam por dentro e em paralelo ao Estado, via forças policiais (PINTO, 2019).

No território gonçalense, tais conflitos se materializam no bloco no poder, sendo os processos de militarização um espaço nevrálgico de análise. A ossatura material do Estado é constituída por divisões internas, a partir de distintas burocracias, como as forças policiais, judiciária, administrativa etc. Mesmo que esse pessoal constitua categorias sociais detentoras de unidades próprias, produzindo autonomias relativas,

a vinculação com o lugar de classe não é rompida (POULANTZAS, 2000). A condensação de relações de forças no bloco no poder do Estado envolve frações de classes burguesas e as lutas populares.

O BLOCO NO PODER EM SÃO GONÇALO

Conforme situado anteriormente, apresento tendências gerais do bloco no poder, trazendo elementos da conjuntura em torno da prefeitura e ponderando as mediações com o bolsonarismo, porém detalhando mais o legislativo, por ser o objeto de pesquisa que acompanho. Assim, distribuições de cargos na prefeitura etc. não entram como prioridade analítica.

O governo do prefeito Capitão Nelson compõe a base política do presidente Jair Bolsonaro. Nelson contou com apoio do presidente no segundo turno de 2020, assim como teve uma declaração pública do pastor Silas Malafaia. Uma coincidência interessante é que as eleições municipais tiveram como candidatos antagônicos, de um lado a clivagem, o prefeito eleito bolsonarista e, do outro lado, um candidato do Partido dos Trabalhadores (PT). Repetindo também o cenário eleitoral nacional de 2018, o campo bolsonarista venceu o pleito. Outra coincidência é que os sucessores nos cargos executivos em ambas as esferas tinham relevante grau de rejeição – Michel Temer, na presidência, e Dr. Nanci, na prefeitura. Este último tentou a reeleição, mas ficou em quinto lugar, com 7,24% dos votos.

A aura petista ronda São Gonçalo também pelo fato desta localidade fazer fronteira com a cidade de Maricá. Esta última é administrado há 14 anos seguidos pelo PT, que faz uma gestão que é propagandeada largamente como o modo petista de governar. Maricá é eventualmente referida nas sessões do legislativo gonçalense como o “primo rico” (referência aos recursos dos *royalties* do pré-sal, de 2,4 bilhões, em 2021). Nas eleições de 2020, o candidato petista Dimas Gadelha, por exemplo, usou o município como uma referência de projeto para São Gonçalo.

A cidade de São Gonçalo tem atualmente um pouco mais de um milhão de habitantes, é a segunda mais populosa do Rio de Janeiro. Registrou, em 2020, 663.833 eleitores. Mais de 30% da população se declara evangélica, tem um dos piores PIB *per capita* do estado, assim como um dos índices mais baixos de escolarização (de crianças de 6 a 14 anos) (MARTINS JUNIOR e BAHIA, 2022).

Desde 1988, ao menos quatro prefeitos (de um universo de sete) foram eleitos e tinham ligação com a educação, são eles Edson Ezequiel de Matos (PDT, 1988-1992 e 1997-2000), João Barbosa Bravo (PDT, 1992-1996), Maria Aparecida Panisset (PDT, 2004-2008 e 2008-2012) e Neilton Mulim (PR, 2012-2016). Este último não foi reeleito em 2016 e enfrentou problemas administrativos, inclusive em relação ao pagamento dos profissionais da educação.

Ao longo dos últimos anos, o PDT protagonizou espaço no Poder Executivo, e o PMDB/MDB sempre esteve presente em todas as legislaturas desde 1996 (ver Figura 1).

Sem dúvidas, o legado do brizolismo influenciou esse desempenho pedetista. Uma análise histórica permite captar uma virada ao centro e centro-direita na predileção do eleitorado gonçalense desde 2012. Faz-se necessário avançar em pesquisas qualitativas para melhor entender esse processo. A força do aspecto religioso pode ser uma variável contundente.

Figura 1. Prefeitos eleitos em São Gonçalo desde 1988

Ano da eleição	Prefeito eleito	Partido	Turno eleito	Votos nominais/% votos válidos
1988	Edson Ezequiel de Matos	PDT	1	142.405 (49,05%)
1992	João Barbosa Bravo	PDT	2	184.196 (55,44%)
1996	Edson Ezequiel de Matos	PDT	1	188.975 (50,91%)
2000	Henry Charles Armond Calvert	PMDB	2	243.590 (56,59%)
2004	Maria Aparecida Panisset	PFL	1	240.945 (51,95%)
2008	Maria Aparecida Panisset	PDT	1	270.591 (56,23%)
2012	Neilton Mulin da Costa	PR	2	265.579 (56,78%)
2016	José Luiz Nanci	PPS	2	221.754 (53,63%)
2020	Capitão Nelson	Avante	2	189.719 (50,79%)

Fonte: Martins Junior e Bahia (2022).

Trazendo mais informações, tanto nas eleições de 2010 quanto de 2014, o PT venceu nos segundos turnos na cidade. Dilma Rousseff teve mais de 70% dos votos válidos contra 29,8% de José Serra em 2010. Já no ano de 2014, Dilma venceu Aécio Neves por 68,03% contra 31,97%.

Embora as eleições presidenciais tenham uma dinâmica distinta das municipais, pode-se notar, à luz do processo histórico, que o ano de 2012 apresenta um indicativo analítico que demanda maior compreensão. Por enquanto, outra regularidade constatada é a similaridade entre o indicativo do eleitorado gonçalense nas eleições de 2018 e 2020.

Vejamos mais dados: o segundo turno do pleito de 2020 teve uma polarização espelhada com a eleição presidencial de 2018 (bolsonarismo x Partido dos Trabalhadores). Nelson (até então filiado ao Avante) derrotou Dimas Gadelha (que é médico e já tinha sido secretário de saúde municipal) por uma margem estreita, 189.179 (50,79%) versus 183.811 (49,21%).

Na primeira volta, Dimas estava à frente de Nelson com uma margem considerável, galgando 117.346 votos (31,36%). O capitão pontuou 85.399 votos (22,82%). O terceiro e quarto colocados tiveram as seguintes performances: De Jorge Patricio

(dos Republicanos e ex-deputado federal) totalizou 84.664 votos (22,62%) e Ricardo Pericar (do PSL e deputado federal) marcou 34.536 votos (9,23%).

Na virada de turno, Dimas cresceu 56,64% (66.465 votos), retirando votos dos conservadores. Contudo, se defrontou com a sinalização de votos mais à direita, destinados ao Capitão. No primeiro turno, tais votos se distribuíram entre outros três candidatos competitivos; um do partido Republicanos, afiliação com base na Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd), e um pleiteante do PSL, mesma legenda de Bolsonaro em 2018. Candidatos à prefeitura, do lado progressista, não filiados ao PT, não marcaram nem 5% de votos válidos.

O fator *apoio de Bolsonaro* pode ter sido determinante para Nelson no segundo turno. Tratando dos números da segunda volta nas eleições de 2018, houve transferência de votos, pois Bolsonaro venceu Haddad em todas as sessões da cidade, cravando 67,35% (307.577) de votos válidos, contra 32,65% (149.075).

Todavia, faz-se necessário entender o somatório dos votos dos candidatos do campo conservador no primeiro turno (de 2020). Eles totalizaram 204.599 votos. Isto expressou uma vitória do bolsonarismo já no primeiro turno, só que os votos foram pulverizados. Apesar de Dimas ter alcançado a primeira colocação e se credenciado ao segundo turno, a esquerda não conquistou plenamente o primeiro turno. Vale destacar que Nelson venceu figuras públicas expressivas do mesmo campo ideológico. Mesmo ele sendo uma pessoa pública conhecida, a concorrência entre frações de classe foi alta.

Chama atenção a alta quantidade de votos inválidos. No primeiro turno, foram 197.709 abstenções (29,78%), os votos brancos foram na grandeza de 29.566 (6,34%), e 62.345 (13,38%) foram os votos nulos. No segundo turno, a abstenção ficou na casa de 223.352 (33,65%), 18.179 (4,13%) de votos brancos e 48.722 (11,07%) votos nulos.

Tais dados possibilitam construir algumas hipóteses. A primeira é que há espaço para uma candidatura forte de esquerda se considerarmos que a próxima eleição será sucedida pela presidencial, prevista para 2022. Elementos conjunturais novos podem ser desenhados, como uma possível vitória de Lula em outubro de 2022. Vale sempre ressaltar que as eleições municipais têm uma forma própria em relação às presidenciais. Dúvidas ainda pairam sobre como o eleitor se expressará em outubro de 2022. Pelos motivos que expressei a seguir, concluo parcialmente que pode haver uma continuidade do mandato de Nelson em 2024 por conta da sua hegemonia local.

Esse prefeito se encontra filiado ao Partido Liberal, partido que forma um “cinturão político” que vem se fortalecendo². O PL já contava com dois senadores filiados (Romário e Carlos Portinho), além disso, soma-se o apoio de Flávio Bolsonaro, o governador Cláudio Castro, além do presidente Jair Bolsonaro. Diversos prefeitos no Rio de Janeiro estão no PL, o que credencia o candidato à reeleição Cláudio Castro como um forte candidato. O jogo eleitoral de 2024 deve envolver as eleições de 2022. São Gonçalo tem um papel estratégico nesse processo pelo seu peso eleitoral.

² Atualmente o PL é maior partido da Câmara dos Deputados, com 43 parlamentares, podendo atingir o índice de 60, o que o tornaria o maior do Congresso Nacional (FRAZÃO, VALFRÉ e GAYER, 2021; PL..., 2021).

No histórico de Capitão Nelson, nota-se a sua identificação com a patente adquirida na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Hoje ele se encontra aposentado da PMERJ. Na maior parte da sua trajetória profissional, esteve vinculado ao Batalhão da PMERJ de São Gonçalo. Na vida política, afirma se identificar com Deus e São Gonçalo. Na educação, defende a volta da disciplina Organização Social e Política Brasileira (OSPB), além da obrigatoriedade de cantar o hino nacional antes das aulas. Ele vive em São Gonçalo há quase seis décadas.

Capitão Nelson foi eleito tendo como bandeira principal a área de segurança pública, porém foi crítico às esquerdas e ao PT, alegando que combateria tudo de ruim que o partido representa; direcionou o foco para temas dos costumes, como a defesa da família. Na conduta à frente do governo, ele vem estreitando parcerias com o governo do estado, fundamentalmente por meio da Operação São Gonçalo Presente. Desde quando era deputado estadual, o Capitão se dedicou à articulação desta parceria.

A cidade tem mais de 33 bairros com barricadas. Nas pesquisas que fiz entrevistando e dialogando com moradores, com alunos da instituição em que trabalho (a Universidade do Estado do Rio de Janeiro), com lideranças políticas, parlamentares e tecendo minhas observações sistemáticas sobre a política educacional na Câmara Municipal, entendo que este governo está em sintonia com valores, demandas e aspectos culturais contundentes da cidade.

A Câmara Municipal se configurou bastante favorável ao Capitão Nelson, pois, das 27 vagas, 23 vereadores compõem direta ou indiretamente a base política do seu governo. Nas sessões ordinárias, o teor de apoio ao governo é uma tônica, que é alterada somente quando os membros da oposição se pronunciam. A oposição é composta por três vereadores de esquerda, do PT, PCdoB e PSOL, porém um vereador, Glauber Poubel (PSD), fazia parte da base aliada e rompeu com o governo recentemente, aderindo ao bloco oposicionista.

Este parlamentar também fazia parte da PMERJ e demonstra que a burocracia no bloco no poder pode agir de acordo com interesses próprios e com alto grau de dinamismo. É interessante frisar que a sua linha de ação política se assemelha à do seu irmão, o deputado estadual Filipe Poubel (PSL, que se declara, no Twitter, bolsonarista, direitista, armamentista, antiesquerda e politicamente incorreto) (POUBEL, 2019). Outro parlamentar com quem Poubel tem proximidade é o vereador carioca Gabriel Monteiro (do PL, ex-policial militar, que vem sofrendo processos administrativos veiculados recorrentemente na imprensa), além do deputado federal Daniel Silveira (eleito em 2018 pelo PSL e que recentemente foi homenageado por Glauber Poubel na Câmara Municipal). A tônica desses parlamentares é a produção de vídeos na internet, fazendo fiscalizações em repartições públicas, com um tom corriqueiramente hostil, além das manifestações de ataques ao sistema político e à própria democracia.

Voltando as atenções para a Câmara Municipal, esse espaço é historicamente fragmentado. Desde 1996, 25 partidos já ocuparam cadeiras. Em 2020, houve

continuidade desse viés e 17 partidos galgaram assentos, a maior fragmentação já vista na casa. Esse é um possível indicador de instabilidade política, porém, no cotidiano atual do legislativo, a hegemonia é do bloco no poder em torno do Executivo.

A distribuição partidária ficou da seguinte forma: três cadeiras para o Cidadania e Avante (mesmo partido de Nelson e de Nelsinho, seu filho, que foi eleito vereador); com duas vagas temos o PL, PRTB, PSL, PV, Republicanos e PT. O PT elegeu a única mulher, Priscila Canedo, já o outro parlamentar – Pablo da Água, mesmo filiado ao partido até meados de 2022, sempre votou com a base governista. Esse foi um dos motivos que gerou o seu desligamento da sigla. MDB, PCdoB, PMB, Podemos, PP, PSC, PSD, Solidariedade e PSOL (estes dois últimos elegeram um parlamentar pela primeira vez) ficaram com uma vaga. O PDT ficou de fora.

A média de idade dos vereadores foi de 42 anos, o mais novo tem 24 e o mais velho 64. Apenas dois se autodeclararam pretos (ambos da oposição), 15 se apresentam como brancos e 10 como pardos. Muitos vereadores eleitos são empresários, militares, alguns professores, outros com experiência já na vida pública na cidade, outros galgaram espaço com a ascensão do bolsonarismo ao poder.

Apesar de não necessariamente a bancada religiosa ser a maioria quantitativa, há uma tônica hegemonizada por esse segmento, só não mais evidente do que a aglutinação de forças em torno da defesa do legado do prefeito, da pauta antiesquerda, da defesa da família e dos costumes. Nota-se que a falta de maior presença feminina também produz diversas manifestações de machismos nas sessões, que são transmitidas pelo YouTube, inclusive. Por vezes, o nível de violência retórica e simbólica é bastante elevado. Frequentemente o presidente Bolsonaro é citado de forma positiva, enquanto há referências negativas constantes à Lula e ao PT. Em muitas sessões, aspectos de antipolítica são mobilizados, como, por exemplo, quando se menospreza a importância dos partidos e se destaca que São Gonçalo é o partido ou que a cidade está acima de tudo.

Este último aspecto não deixa de refletir uma característica da política brasileira em espaços legislativos, pois o parlamentar tem mais importância do que a vida partidária (INÁCIO e RENNÓ, 2009). De qualquer forma, entendo que propagandar isso na atividade parlamentar, durante uma sessão da Câmara, não deixa de corroborar o personalismo e a antipolítica.

A militarização enquanto aspecto simbólico é algo que chama atenção também. Semanalmente há uma grande quantidade de homenageados com a medalha Joaquim Lavoura. Até outubro de 2021 (dados da assessoria de um dos parlamentares), 24 pessoas foram homenageadas pelo sistema interno da Câmara. Na área da educação e cultura, foram duas homenagens, contra 14 homenageados da área de segurança pública (bombeiros, policiais militares, agentes penitenciários etc.). O programa Segurança Presente é constantemente destacado por parlamentares. Há previsão de abertura de um novo batalhão da PMERJ – a prefeitura está articulando isso, e também há uma ideia de construir uma escola cívico-militar, em sintonia com o programa de escolas cívico-militares do governo federal.

Na área educacional, muitas falas são feitas na linha do movimento Escola sem Partido e são notados ataques a universidades, inclusive à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que tem um campus no município. Os ataques mais veementes a uma categoria do serviço público foram feitos exatamente ao setor da educação. Esmiuçarei esses processos no tópico a seguir.

A complexidade gonçalense perpassa muitos fatores; por exemplo, o ex-prefeito derrotado na tentativa de reeleição, Dr. Nanci, enfrentou problemas em meados de 2019, quando houve tensões por cargos e denúncias de irregularidades na administração de serviços de iluminação pública e limpeza urbana. No bojo da crise estavam o ex-aliado Ricardo Pericar (vice-prefeito e candidato ao Executivo em 2020) e um sobrinho de Dr. Nanci. O prefeito Capitão Nelson nomeou Douglas Ruas (seu próprio filho) ao cargo de secretário municipal de gestão integrada e projetos especiais. Também nomeou o pivô da crise da gestão da prefeitura anterior, Pericar. Pericar foi integrado à equipe de governo na Subsecretaria de Iluminação. Nelson repetiu um gesto de Nanci (de nomear parentes), e agregou Pericar ao governo; estes últimos foram veementemente derrotados na eleição de 2020, mas Nelson segue com hegemonia política.

Assim como Jair Bolsonaro, o Capitão Nelson agregou a família na vida pública; esse é mais um detalhe de uma aproximação entre os dois. Se Bolsonaro e seu clã ganharam projeção nacional desta forma, Nelson, ao seu modo, vem se consolidando no nível regional.

Esse quadro explicativo leva à conclusão de que são muitas as variáveis que levam à crise ou estabilidade do governo na cidade, considerando tanto o ambiente do governo propriamente dito, os conflitos dentro da máquina burocrática, quanto a relação com a sociedade civil.

Dialogando com moradores locais nas pesquisas qualitativas, constatei que há, em geral, uma percepção positiva da população em relação ao governo do Capitão Nelson. Exatamente a política de segurança ganha destaque. Diante da hegemonia na Câmara, da aparente sintonia, até então, com a sociedade civil e perante o equilíbrio das forças no bloco no poder, o prefeito se gabarita como um candidato à sucessão.

Mesmo enfrentando problemas recentes, como a saída de um dos parlamentares mais sintonizados com o perfil do prefeito (o vereador Glauber Poubel), até então não se nota maiores desgastes políticos que abalem essa hegemonia.

É interessante perceber como o Capitão Nelson se aproxima do presidente e ao mesmo tempo também preserva características próprias de articulação política, o que o eleva a um patamar singular de bolsonarismo. Ao contrário do presidente, Nelson vem evitando ruídos públicos que o desgastem.

Fecho minha síntese neste tópico apresentando a constatação de que esse tipo de fenômeno bolsonarista pode perdurar para além do presidente Bolsonaro.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, POLÍTICA EDUCACIONAL E HEGEMONIA

Este estudo tem o desafio epistemológico de dialogar com distintas abordagens teórico-metodológicas e diferentes campos de análise. Até o presente momento, a partir da teoria do Estado de Poulantzas, tentei situar como a categoria *bolsonarismo* organiza mediações em nível de totalidade, seja por meio de disputas de hegemonia nacionais e municipais, seja pelas frações de classes que esse campo engloba. Tais frações trazem à tona a tentativa veemente de manutenção da ordem burguesa. No contexto bolsonarista, as práticas políticas têm um caráter de flerte com o fascismo, produzindo fenômenos que tencionam a democracia corriqueiramente.

Tais níveis de disputa adentram o campo ideológico, onde a educação tem uma centralidade programática, além de interferirem nas narrativas simbólicas e no modo de fazer política, num sentido da ação prática.

Mobilizo agora abordagens não alinhadas com a perspectiva materialista histórica para descrever e refletir a respeito da participação política de setores das lutas populares no território gonçalense, pois encontro nessas perspectivas um aporte interessante para entender processos da particularidade (mais micro).

Barcellos (2014) situa como estudos sobre o legislativo brasileiro enfrentam uma série de dificuldades, a começar pela maior quantidade de investigações dedicadas ao Congresso do que às Câmaras. Os respectivos poderes têm diferenças também na configuração política, que perpassa pela distinta capacidade orçamentária, mas envolve as frações de classe no bloco no poder e o peso político destinado à atmosfera federal.

Barcellos (2014) também localiza que abordagens mais interdisciplinares estão presentes em produções focadas nas Câmaras, como é o caso deste texto.

Bobbio (1986), Gohn (2011) e Baquero (2003), dentre outros, destacam a importância dos processos de participação política no aprimoramento da democracia e na tomada de decisão. Os conselhos gestores ocupam este lugar de descentralização e possibilidades de maior participação. Contudo, Gohn (2011) destaca que, além da existência formal, o processo participativo demanda uma gama de questões que envolvem informação, formação política, condições objetivas etc.

Trago à tona aqui a noção de participação como prática, ações de luta, aspectos organizativos que se dão no âmbito parlamentar, nos movimentos sociais, aparelhos de Estado, dentre outros (GOHN, 2011).

Em São Gonçalo, na política educacional, a forma de participação é próxima ao que Pateman (1992) entende como não participação ou manipulação. Dois são os exemplos marcantes disso; o primeiro é o esvaziamento do Conselho Municipal de Educação (CME), em que o governo abdica de ocupar suas cadeiras por direito, e a própria representação da Câmara reproduz essa postura. São inúmeras as reuniões desde 2020 em que essas representações se ausentam.

Outro caso latente é o da audiência pública sobre a volta às aulas (feita no dia 22 de março de 2021). O CME não foi sequer convidado. Vale lembrar que uma das primeiras

medidas de Bolsonaro ao assumir a presidência foi suspender (unilateralmente, via decreto) as atividades de diversos conselhos³.

O CME é formado por membros que também compõem a burocracia pública, mas que não se alinham diretamente ao bloco no poder. No cotidiano dos trabalhos, percebe-se o grau de conhecimento dos membros sobre a forma de funcionamento da política educacional municipal. A linha política em vigor vem sendo de contrariedade em relação às decisões do Executivo e das frações hegemônicas. Há uma preocupação clara sobre a possibilidade de saída em massa de profissionais da educação, no curto e médio tempo, por conta da reformulação do plano de carreira.

Considero que os episódios mais graves de ataque ao campo da educação e inviabilização da participação tenham sido as modificações do plano de carreira dos profissionais da educação feitas em dois momentos, em 14 de dezembro de 2021 e 26 de abril de 2022. Sobre o primeiro:

A Câmara de Vereadores de São Gonçalo aprovou ontem (dia 14/12) a mensagem do prefeito, Capitão Nelson Ruas (Partido AVANTE), que propôs uma modificação do Plano de Carreira da rede municipal, retirando uma série de direitos da categoria. A categoria contesta a forma como a votação foi encaminhada para o plenário para votação. Além de não ter sido discutida pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Comissão de Educação, a mensagem deveria ter sido enviada com, pelo menos, 48 horas de antecedência, o que não ocorreu, indo direto para o plenário para aprovação. Outro ponto questionado pelo Sepe é que a modificação do plano deveria ter passado por uma discussão com a categoria. Isto consta do Plano Municipal de Educação e esta é uma das cláusulas do Termo de Ajuste de Condutas (TAC) assinado pela prefeitura, Ministério Público e o sindicato na greve de 2018. Por isso, o Sepe irá recorrer à Justiça, juntamente com os vereadores que votaram contra a modificação. Também vamos cobrar do Ministério Público (MP) um posicionamento contra a quebra do TAC assinado em 2018, representada por este ataque aprovado ontem. (SEPE-RJ, 2021).

Esse primeiro episódio resultou em um tensionamento com dois membros da bancada de oposição, Professor Josemar (PSOL) e Romário Régis (PCdoB), por acusação de falta de decoro na sessão.

Vale ressaltar que tanto nesse dia quanto na votação que ocorreu meses depois, as cadeiras do plenário da Câmara estavam repletas de profissionais da categoria, visto que o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Sepe) orientou que fosse feita pressão, via mensagens diretas para os parlamentares. Houve um grande número de pessoas acompanhando a sessão pelo canal do YouTube, as redes sociais foram movimentadas, discutiu-se isso na Uerj São Gonçalo; mesmo assim, o projeto foi aprovado por 22 votos a favor da mensagem do governo contra quatro votos “não”.

³ Ver mais em Motta (2019).

Os quatro votos “não” foram da bancada de oposição (do PT, PSOL e PCdoB) e do vereador Glauber Poubel (PSD), que havia saído há pouco da base do governo.

No dia 26 de abril, um informativo do Sepe descreve o ocorrido:

O texto aprovado em questão foi muito criticado pelo Sepe e tem trechos que permitem que um professor especializado tenha a responsabilidade de cuidar de toda a turma, além dos alunos especiais. Criando a possibilidade de dupla função do professor. O projeto extingue 1.250 cargos vagos de professor, impossibilitando a convocação de professores concursados e aumentado a possibilidade de contratação de professores contratados sem concurso público. Há uma ameaça aos profissionais, já que o texto permite a punição aos professores, caso tenham alguma falta injustificada, sem deixar claro o que é uma falta injustificada. Além disso, os vereadores rejeitaram a emenda apresentada pelos vereadores Romário Régis e Prof. Josemar que visava garantir 1/3 de tempo de planejamento de aulas para os profissionais da educação. (SEPE-RJ, 2022c).

Mais uma vez, tais medidas não foram discutidas a partir do rito burocrático de Estado, ficando o CME de fora das análises. Assim como a própria sociedade civil foi privada de uma melhor compreensão via audiências públicas. O alinhamento autoritário da Câmara com o governo foi muito coeso.

Poulantzas (1977, 2000) discorre sobre a autonomia relativa do Estado frente às frações de classe hegemônicas, a depender da condensação de forças. Em São Gonçalo, o tipo de política de Estado produzido vem sendo pouco aderente às lutas populares da educação.

Noto que outros projetos de lei com foco na política educacional, como, por exemplo, reformas de escolas etc., não encontram a mesma dificuldade de tramitação e aprovação que encontram as políticas que envolvem as condições materiais-econômicas de sobrevivência dos educadores, o que configura um nítido confronto de classes e político.

Desde 2018, um termo de ajuste de conduta (TAC) foi elaborado com foco na defasagem salarial dos profissionais da educação e apontando para a necessidade de convocação de novos educadores concursados. As medidas do Poder Executivo foram conflitantes com este TAC até então (SEPE-RJ, 2022a).

Os profissionais de educação compõem a categoria organizada que mais produz disputas de hegemonia contra o prefeito e as frações da Câmara. A representação sindical, o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro, costuma dialogar com a oposição da Câmara e contribuiu para eleger esses candidatos; os sindicatos também atuam fortemente no CME, mobilizam a comunidade local na construção de conferências de políticas de educação, tanto local quanto no estado. O próprio Ministério Público vem sendo um aparelho de Estado importante ao encampar tais lutas populares; mesmo assim, as frações hegemônicas se demonstram inflexíveis, e a correlação de forças segue desfavorável aos educadores.

Entendo que o veto a esse campo de luta reproduz a concepção bolsonarista de rechaço à ideia de educação como práxis política, assim como aos setores educacionais que concebem a educação pela perspectiva da qualidade da educação pública, socialmente referenciada, laica e gratuita.

Concluo que o CME, o Sepe, o Ministério Público e demais militantes da educação não conseguiram dialogar com a sociedade para que esta melhor entenda que tais medidas afetam os estudantes matriculados na rede. Desde 2002, esta rede educacional tinha um dos planos de carreira mais atrativos do estado do Rio de Janeiro (SEPE-RJ, 2022b).

Não é pequeno o grau de articulação política entre os organismos descritos acima, é inclusive similar ao que constato nos demais municípios que investigo – Petrópolis e Rio de Janeiro. Nestes dois últimos, é constante a realização de audiências, inclusive com alta articulação entre os Conselhos Municipais de Educação e os Poderes Executivos. Atribuo essa discrepância não somente a uma dificuldade contra-hegemônica de tais forças, mas ao grau de alinhamento parcial que o bolsonarismo amalgamou na cidade de São Gonçalo.

A participação política no Brasil é intermediada pelas condições socioeconômicas da população, pela percepção da relação de confiança e reciprocidade com o poder público, pelas características do capital social (BAQUERO, 2003). A partir dessa formulação de Baquero, entendo, até o presente momento, que a população local delegou a essas frações hegemônicas um voto de confiança, de fato, para construir a política local nesse período de curta duração. Afirmo isso considerando a ausência de uma maior participação de quem não compõe o campo da educação e pelo grau de coesão que os vereadores expressam em votações tão acachapantes como as vistas aqui (que foram as mais acirradas desde os trabalhos legislativos de 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De uma forma geral, a Câmara e o Executivo se retroalimentam mutuamente nessa forma de fazer política e seguem hegemônicos. Entendo que há uma tentativa efetiva de eliminar o polo de força que tensiona essa dinâmica e esse conjunto de valores, pautas etc., dentro na condensação de forças dentro do Estado. A bancada de oposição, por sua vez, se aproxima das lutas populares e é enquadrada também na posição a ser combatida no bloco no poder. Por tabela, setores da sociedade civil que galgam espaço de disputa na condensação de forças do Estado encontram resistência similar ao bloco de oposição na Câmara. É nesse processo que a educação se enquadra como uma área desprestigiada no que se refere ao dismantelamento das condições de trabalho e permanência da categoria de educadores na burocracia de Estado.

Ricci (2003) comenta que a lógica dos parlamentares é regida pela eleição; logo, o alinhamento em torno do bolsonarismo em São Gonçalo parece refletir uma tendência conjuntural na cidade. Até o presente momento, as investigações que faço levam a concluir que essa perspectiva parece fazer sentido, pois a sociedade civil

local não manifestou, até então, nenhum tipo de indignação com as medidas adotadas com a categoria educacional. Penso que os próprios parlamentares sinalizariam comportamentos distintos se houvesse algum tipo de percepção diferente dessa. Afinal, houve tempo para aprovar duas leis de mudança na carreira dos profissionais de educação.

Concluo que o cerceamento do debate e das possibilidades de participação política no campo educacional, no bloco no poder, vem tendo uma eficiência na construção da hegemonia bolsonarista, ao modo do Capitão Nelson. Porém, essa hegemonia se consolida em curto prazo. No médio e longo prazo, os problemas já começam a surgir na realidade das escolas e podem interferir na percepção da população sobre essa área. Ainda não é possível concluir nada em definitivo sobre maiores desdobramentos políticos, se isso vai ou não ocasionar uma nova correlação de forças.

Essa constatação demonstra a centralidade do Estado na condensação de relações de força, pois, apesar de espaços de controle social, como o Conselho Municipal de Educação, contemplarem as lutas populares, e apesar de a bancada de oposição tecer denúncias e potencializar esse tipo de perspectiva não hegemônica, a correlação de forças se demonstra bem desfavorável quando há uma indisposição por parte do governo e das frações hegemônicas em contemplar diferentes classes e interesses.

Nem mesmo as disputas dos aparelhos burocráticos, que são capazes, por vezes, de fazer valer a autonomia relativa do Estado, estão modificando a tônica bolsonarista gonçalense. Sem dúvidas, o que percebo em minhas investigações gerais observando a literatura sobre a conjuntura fluminense e dialogando com pares e parlamentares, São Gonçalo parece desenhar uma especificidade que precisa de maiores aprofundamentos analíticos.

SOBRE O AUTOR

RAFAEL BASTOS COSTA DE OLIVEIRA: Pós-doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ (2015). Mestre pelo mesmo programa (2010). Bacharel em Ciências Sociais pela UFRJ (2016), licenciado em Educação Física pela UFBA (2006). Coordenador Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ. Docente também do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Petrópolis.

REFERÊNCIAS

1. 500 MORADORES do Salgueiro não fizeram Enem por causa do tiroteio; 44 tiros foram disparados. *G1*, nov. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-das-dez/video/500-moradores-do-salgueiro-nao-fizeram-enem-por-causa-de-tiroteio-44-tiros-foram-disparados-10071382.ghtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_term=gnews>. Acesso em: 25 nov. 2021.
2. AARÃO REIS, Daniel. Notas para a compreensão do Bolsonarismo. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 46, n. 1, e36709, 2020. DOI: 10.15448/1980-864X.2020.1.36709
3. AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
4. AGOSTINI, Renata. Número de militares em cargos civis cresce e passa de 6 mil no governo Bolsonaro. *CNN Brasil*, 17 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/numero-de-militares-em-cargos-civis-cresce-e-passa-de-6-mil-no-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 24 jul. 2022.
5. ARAÚJO, Maria do Socorro Sousa de; CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Autoritarismo no Brasil do presente: bolsonarismo nos circuitos do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo. *Revista Katálysis*, v. 24, n. 1, p. 146-156, jan./abr. 2021. DOI: 10.1590/1982-0259.2021.e75280
6. AVRITZER, Leonardo. *Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.
7. BAQUERO, Marcello. Capital social y cultura política en Brasil: posibilidades y limites. *América Latina Hoy*, v. 33, p. 157-177, 2003. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/183080>>. Acesso em: 28 jul. 2022.
8. BARCELLOS, Jorge. As Câmaras Municipais nos estudos legislativos. *Parlamento & Sociedade*, v. 2, n. 2, p. 11-43, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/article/view/32>>. Acesso em: 15 ago. 2022.
9. BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
10. BOITO JUNIOR, Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Crítica Marxista*, n. 50, p. 111-119, 2020.
11. FRAZÃO, Felipe; VALFRÉ, Vinícius; GAYER, Eduardo. Bolsonaro se filia ao PL, sela volta ao Centrão e acena para outros partidos. *Estadão*, 30 nov. 2021. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-se-filia-ao-pl-com-aceno-a-politica-e-esboco-de-alianca-por-2022,70003912943?utm_source=estadao:app&utm_medium=noticia:compartilhamento>. Acesso em: 08 ago. 2022.
12. FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2019.
13. LACÉ, Andréia; SANTOS, Catarina; NOGUEIRA, Danielle. Entre a escola e o quartel: a negação do direito à educação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 35, n. 3, p. 648-666, set./dez. 2019. DOI: 10.21573/vol35n32019.96856
14. GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
15. GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; BAQUERO, Marcello; GROHMANN, Luis Gustavo Melo. Nova direita ou vinho velho em odres novos? A trajetória conservadora no Brasil do último século. *Revista Debates*, v. 15, n. 2, p. 09-44, maio/ago. 2021. DOI: 10.22456/1982-5269.110792
16. INACIO, Magna; RENNÓ, Lucio (Org.). *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
17. LACERDA, Marina Basso. *O novo conservadorismo brasileiro*. Zouk, 2019.
18. LIMA, Iana Gomes de; GOLBSPAN, Ricardo Boklis; SANTOS, Graziella Souza dos. Mapeando o conservadorismo na política educacional brasileira. *SciELO Preprints*, 2021. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.2595
19. MARTINS JUNIOR, João Paulo; BAHIA, Pedro. São Gonçalo entre o capitão e o petismo. In: BORBA, Felipe; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub (Orgs). *Política local no estado do Rio de Janeiro: disputa partidária e comportamento político nas eleições municipais de 2020*. EdUERJ, 2022.
20. MOTTA, Cláudia. Decreto de Bolsonaro extingue canais de participação social em políticas públicas. *Rede Brasil Atual*, 12 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2019/04/decreto-de-bolsonaro-extingue-orgaos-de-participacao-popular/>>. Acesso em: 08 ago. 2022.
21. OLIVEIRA, Rafael Bastos Costa de. Um bolsonarismo duradouro em São Gonçalo – RJ? *Carta Maior*, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3oceL53>>. Acesso em: 16 jan. 2022.
22. PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
23. PENNA, Fernando. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. *Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, 2017. p. 35-48.
24. PINTO, Eduardo Costa. Estado do Rio de Janeiro em convulsão: economia do petróleo, crise fiscal e avanço das milícias. In: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Brasil: incertezas e submissão?* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. p. 339-356.

25. PL já é o partido com maior domínio no RJ. *A Tribuna*, 10 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.tribunarij.com.br/pl-ja-e-o-partido-com-maior-dominio-no-rj/>>. Acesso em: 08 ago. 2022.
26. POUBEL, Filipe. [Descrição no perfil do Twitter]. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://twitter.com/DeputadoPoubel>>. Acesso em: 17 ago. 2022
27. POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura: a III Internacional face ao fascismo*. Florianópolis: Enunciado publicações, 2021.
28. POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
29. POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
30. RICCI, Paolo. O conteúdo da produção legislativa brasileira: leis nacionais ou políticas paroquiais? *Dados*, v. 46, n. 4, 2003. DOI: 10.1590/S0011-52582003000400003
31. ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. *Bolsonarismo em crise? Democracia e direitos humanos*. Friedrich Ebert Stiftung, 2020. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/16277.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2022.
32. SAMPAIO, Fabiana. Quase 60% da cidade do Rio de Janeiro estão sob influência de milícias. *Radioagência Nacional*, 20 out. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2020-10/quase-60-da-cidade-do-rio-de-janeiro-estao-sob-influencia-de-milicias>>. Acesso em: 26 jul. 2022.
33. SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SEPE-RJ). *Concursados aprovados para a rede municipal de São Gonçalo estão realizando ato na prefeitura por convocação*. 20 jul. 2022a. Disponível em: <<https://seperj.org.br/concursados-aprovados-para-a-rede-municipal-de-sao-goncalo-estao-realizando-ato-na-prefeitura-por-convocacao/>>. Acesso em: 08 ago. 2022.
34. SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SEPE-RJ). *Profissionais de São Gonçalo farão greve de 24 horas dia 17/02*. 09 fev. 2022b. Disponível em: <<https://seperj.org.br/profissionais-de-sao-goncalo-farao-greve-de-24-horas-dia-17-02/>>. Acesso em: 08 ago. 2022.
35. SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SEPE-RJ). *Vereadores de São Gonçalo aprovam pacote de maldades do prefeito: Sepe SG convoca paralisação*. 26 abr. 2022c. Disponível em: <<https://seperj.org.br/35024-2/>>. Acesso em: 28 jul. 2022.
36. SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SEPE-RJ). *Vergonha: vereadores de São Gonçalo aprovaram mensagem do prefeito que ataca plano de carreira*. 15 jan. 2021. Disponível em: <<https://seperj.org.br/vergonha-vereadores-de-sao-goncalo-aprovaram-mensagem-do-prefeito-que-ataca-plano-de-carreira/>>. Acesso em: 28 jul. 2022.

Submissão em: 28 jul. 2022

Aceito em: 03 ago. 2022.

